

### DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO AMAPÁ E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL.

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO  
Universidade Federal do Amapá  
elivaldo.pa@hotmail.com

### RESUMO

Diante da crível inexistência de políticas públicas voltadas ao fomento/preservação da memória documental e cultural local, este artigo busca assinalar a urgente e necessária demanda por digitalização e disponibilização dos acervos documentais públicos e privados atinentes a diferentes contextos e aspectos da história amapaense, muitos dos quais encontram-se dispersos e em vulnerável estado de preservação. Trata-se de um breve e parcial estudo de caráter qualitativo. Nesse atinente, lançamos mão de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista como estratégias metodológicas. Também buscamos balizar alguns conceitos como educação patrimonial, identidade, documento histórico e preservação digital de modo a relacionar a prática de digitalização de documentos históricos à conservação da memória documental e cultural. Os resultados apontam para a ausência de políticas públicas específicas a temática em tela e o descaso com o patrimônio histórico local (Museu Joaquim Caetano da Silva) que concorrem para o consequente atraso no desenvolvimento científico e cultural no Estado.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Museu Joaquim Caetano da Silva; Digitalização de documentos históricos; Amapá.

HISTORICAL DOCUMENTS IN  
AMAPÁ AND THE PRESERVATION  
OF CULTURAL MEMORY.

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO  
Universidade Federal do Amapá  
elivaldo.pa@hotmail.com

### ABSTRACT

Given the credible inexistence of public policies aimed at promoting/preserving local documentary and cultural memory, this article seeks to highlight the urgent and necessary demand for digitization and availability of public and private document collections relating to different contexts and aspects of Amapá's history, many of which are dispersed and in a vulnerable state of preservation. This is a brief and partial qualitative study. In this regard, we use bibliographical research, document analysis and interviews as methodological strategies. We also seek to outline some concepts such as heritage education, identity, historical document and digital preservation in order to relate the practice of digitizing historical documents to the conservation of documentary and cultural memory. The results point to the absence of specific public policies for the theme in question and the disregard for the local historical heritage (Museu Joaquim Caetano da Silva) that contribute to the consequent delay in scientific and cultural development in the State.

**Keywords:** Heritage Education; Joaquim Caetano da Silva Museum; Digitization of historical documents; Amapá.

## INTRODUÇÃO

A preocupação em desenvolver “políticas públicas” direcionadas à preservação da história e dos bens que compõe o patrimônio cultural de um povo tem sua origem no final do século XVIII, ainda no rescaldo da Revolução Francesa, com a criação do Comitê de Salvação Pública<sup>1</sup> (HOBSBAWN, 1997; SABOUL, 1989). A ação pode ser vista como a primeira iniciativa eminentemente pública (Estado), com vistas à preservação dos bens que compunham e simbolizavam a história e o passado de uma sociedade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece que o patrimônio cultural dos brasileiros compõe a sua identidade e diversidade cultural (e étnica), valores estes que são igualmente reconhecidos e valorizados como importantes marcadores civilizatórios no processo de constituição da sociedade nacional (BRASIL, 1988, Art. 216).

Com a promulgação do Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 no contexto da “Era Vargas”, responsável por viabilizar e fomentar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional de então, assinala desde já um importante – mas não necessariamente satisfatório – aceno republicano institucional com uma política de proteção e valorização do legado do passado e memória nacional (BRASIL, 1937). Para tanto, convém ao poder público o dever de aproximar a população de sua herança cultural, por meio de projetos e iniciativas educacionais voltados à conscientização e preservação de cada peça do conjunto do patrimônio local indistintamente, inclusive os documentos escritos.

Por certo, ações do tipo garantirão ao Estado e à sociedade, a solidez necessária à manutenção de suas referências e contornos identitários, históricos, culturais, comunitários, pessoais e geracionais. Grosso modo, a questão que se coloca é que, nenhum patrimônio cultural – por mais consistente, relevante e estruturante que o seja para um determinado grupo e ou contexto social – se mantém integralmente incólume ao tempo e a degradação tão somente pelo uso social cotidiano que as pessoas dele o fazem. Isso se dá, sobretudo, pela soma e confluência de uma gama de iniciativas/práticas, circunstâncias e atores; de cujo protagonismo o Estado também é parte.

Neste sentido, é digno que se reflita e compreenda a forma como o poder público pode efetivamente contribuir para que a sociedade amapaense reconheça a real necessidade de se preservar os seus acervos documentais históricos. Alguns talvez preservando dados elucidativos sobre diversos aspectos da história do Amapá e da Amazônia.

Considerando as relativas dificuldades de acesso a diferentes tipos de fontes bibliográficas e documentais no e do estado do Amapá, este artigo pretende discutir a importância de se preservar a memória cultural/documental amapaense.

A intenção é chamar a atenção para a premente necessidade do artifício da digitalização (transformação de um produto físico em código digital) dos acervos de documentos públicos e privados como estratégia alternativa à preservação e conservação da história e memória documental local. Isso sem dúvida já é realizado por várias instituições alhures (Hemeroteca Digital, Slavery Voyage data-base, CPDOC) em outros estados e países, até mesmo no Amapá.

---

<sup>1</sup> Órgão executivo criado em 30 de maio de 1793 encarregado de preservar o patrimônio histórico da França e dotado de poderes extraordinários.

Do ponto de vista local, algumas iniciativas, embora isoladas, tem feito um trabalho de grande valia nesse sentido.

Por exemplo, em 2016, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias “firmou parceria com a Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) para digitalizar todas as informações dos livros de registros de óbitos dos três cemitérios da capital e dos distritos”. O trabalho, de caráter estritamente voluntário, foi realizado por um grupo quatro fiéis da própria igreja treinados pela Organização Family Search, que é parte da instituição religiosa. Segundo veiculou a matéria naquele ano, tal iniciativa representaria uma significativa economia de aproximadamente R\$ 20 milhões de reais aos cofres municipais.<sup>2</sup>

Outrossim, trata-se de um estudo de natureza exploratória e qualitativa que fez uso de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista com alguns interlocutores que atuavam no Museu Joaquim Caetano da Silva (MHJCS), em Macapá-AP. Além disso, foram eventualmente balizados alguns conceitos, tais como educação patrimonial, identidade e preservação digital. Tentando, assim, relacionar a prática de digitalização de documentos à conservação da memória documental e cultural local com projetos voltados a educação patrimonial, pois tal processo, a nosso ver, ensinará as atuais e futuras gerações meios simbólicos e materiais de identificação, compreensão e valoração da herança cultural.

A digitalização massiva e sistemática desses documentos representa uma mudança profunda na preservação dos dados históricos. Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), essa digitalização é uma das ferramentas essenciais para o acesso e difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos registros originais. Entretanto, ressalta-se que é também o meio mais frágil e vulnerável de armazenamento, daí a necessidade de uma constante atualização de suporte e de formato.

Tendo em vista que esse processo é de tal modo complexo e caro, mas necessário para democratização da informação arquivística e preservação da memória nacional e local, o Estado tem a obrigatoriedade de fomentar e executar políticas públicas voltadas para a viabilização deste. Sendo assim, até o momento, não há nenhum projeto que se preocupe de forma mais detida com a conservação das fontes históricas de uma história tão vasta, mas ainda relativamente pouco conhecida.

Para a construção do presente ensaio, são inicialmente feitas análises bibliográficas e documental, bem como a análise do processo de digitalização dos documentos históricos e os problemas inerentes a esse tipo de suporte e as alternativas existentes para minimizá-los. Na sequência, discute-se a importância da digitalização desses documentos no que tange a preservação da memória amapaense, garantindo a proteção de documentos de valor permanente. Com base na discussão, na análise e levantamento dos documentos presentes no museu histórico do Estado, identificam-se os fatores necessários para salvaguardar os documentos históricos do Amapá.

Busca-se assim, a afirmação da hipótese de que a criação de projetos voltados para a educação patrimonial e preservação da memória cultural, por meio da digitalização dos documentos. Isso sem dúvida poderá contribuir de forma significativa para o desenvolvimento

---

<sup>2</sup> A matéria do portal de notícias G1 Amapá está disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/07/informacoes-dos-livros-de-registros-de-obitos-do-ap-serao-digitalizados.html>>. Acesso em julho de 2020.

do Estado e para o enriquecimento de seu acervo histórico/cultural. Diante deste contexto, acreditamos que o poder público e a sociedade terão a oportunidade de conhecer a história até então não divulgada, garantindo ao povo amapaense a possibilidade de se identificar, entender e valorizar sua herança cultural.

### CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Por muito tempo a história de um dado lugar ou povo era quase sempre escrita pelo olhar limitado. Em grande medida motivado pela restrita noção positivista de documento histórico e/ou por uma determinada classe ou grupo social privilegiado, ignorando ou deixando de lado (quase sempre) a experiência histórica das “classes de baixo” (populares) com sua interessante, mas não menos importante, “história vista de baixo” (History From Below) (SHARPE, 1992).

Daí a necessidade, evocando a velha, mas revolucionária lição do francês Marc Bloch sobre o ofício do historiador, de se analisar os documentos históricos com um olhar epistemológico mais acurado e criterioso. A problematização metódica do documento é um caminho nessa direção.

Sendo o Brasil um país pluricultural e de dimensões geográficas continentais, para que cada região mantenha viva a história de seu povo e com ela se identifique e relacione, cada Estado deve buscar viabilizar e desenvolver ações educativas voltadas ao reconhecimento, valorização e preservação de sua cultura local e patrimônio, seja este material ou imaterial; pois todos estes elementos compõem, a rigor, a história de cada região.

Quer dizer, são elementos de processos próprios de formação e desenvolvimento. Para a sociedade compreender de fato a importância de se preservar o patrimônio histórico e cultural que dá sentido e inteligibilidade a gênese e a história de um povo, é mister que se estimule a conscientização histórica cidadã.

Além disso, esta conscientização histórica deve ser facultada e desenvolvida no indivíduo tão logo desde a sua tenra infância, pois quando incorporada na base de sua formação humana, influenciará sobremodo na construção de seus elos e contornos identitários. Assim:

Identities, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização. Embora, [...], as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais a internacionalizam, construindo seu significado com base nessa internacionalização (CASTELLS, 2002, p. 23).

É importante que se entenda que, na contemporaneidade, a identidade passa por um processo de crise e conflito que a faz fragmentar-se, tornando-a provisória, instável e oscilante. Com base em Hall (2013, p. 273-291), isso ocorre porque as constantes mudanças estruturais e institucionais, somadas as influências trazidas de contextos alheios de “fora” leva o indivíduo a perder sua “identidade fixa”. Este passa a ter a dinâmica de “múltiplas identidades”, as quais muitas vezes se contradizem por se diferenciar bastante do chão e esteira de sua própria realidade (HALL, 2013, p. 372).

Dessa forma, a construção da identidade cultural local exige que o indivíduo se sinta

livremente identificado com os elos orgânicos do passado de sua própria história. Embora a identidade seja dinâmica e influenciada de acordo com a época e seus acontecimentos, é ela, junto à memória, que irá influir no que permanecerá de uma cultura ou não.

Embora a discussão em torno do processo de educação patrimonial seja relativamente recente no Brasil, com início na década de 1980, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) assegura que o fomento da educação patrimonial é garantia para a preservação e desenvolvimento do patrimônio brasileiro. Assim, a consciência histórica pode ser estimulada a partir dos pressupostos da educação patrimonial podendo ser pedagogicamente inseridos nos programas curriculares e nos componentes de ensino do sistema formal de educação de crianças, jovens e até adultos.

Isto pode dar ensejo a que estes sujeitos sociais compreendam e valorizem ainda mais sua cultura; a fim de que seus valores, história e crenças mais genuínos não sejam sistematicamente substituídos, esvaziados ou se percam pela influência de outras referências no curso do tempo.

Como afirma Grunberg (2000, p. 2), “[...] reconhecer o passado cultural do qual o cidadão é herdeiro é mais um passo na conquista da sua identidade cultural e na compreensão e consciência do presente”. Deste modo:

[...] a Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de alfabetização cultural “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Este processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura (HORTA, 2003, p.7).

A escola, neste atinente, revela-se um ambiente socialmente privilegiado, pois acaba sendo um potencial meio de encontro de múltiplas e novas convivências; como um laboratório cultural de sociabilidades entre diferentes pessoas.

Nela cada educando carrega consigo um repertório de experiências e referências culturais individuais e coletivas, e o meio escolar é o lugar para onde estes repertórios convergem e interagem. A dinâmica destas interações tem na experiência escolar a sua mediação. A experiência direta, sem entremeios e desvios, é a chave para o cidadão chegar à compreensão e valorização de sua cultura, encontrando e desenvolvendo soluções inovadoras para a preservação do patrimônio cultural.

Pode-se aventar que a preservação do patrimônio cultural está ligada, de um lado, ao direito de livre acesso do cidadão brasileiro à memória coletiva e social; à informação, à sua história, e ao conjunto de documentos históricos de sua comunidade e de seu grupo geracional.

A memória coletiva é um patrimônio socialmente construída, seletiva, partilhada e transmitida por um grupo social ou sociedade que por sua vez é responsável por tentar manter a centelha desta memória inexoravelmente acesa por mais tempo. A eficiência e legitimação desse processo é medida pela digna e incondicional participação dos indivíduos.

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes

---

3 Tais discussões se destacam no I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Movimento”, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis-RJ.

antigas que haviam desaparecido somente na aparência (HALBWACHS, 2004, p. 67).

Desse modo, antes de tudo, é imprescindível a democratização desses fundos de documentos, ou seja, é necessário “desprivatizá-los”, isto é, resgatá-los do ostracismo e da burocracia alheia. Para isso a educação patrimonial torna-se importante instrumento de desconstrução da ideia de individualismo irracional ao estimular a consciência de uma memória coletiva, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem tem como mote formar cidadãos críticos, capazes de reconhecer, questionar, solucionar e mediar problemas sensíveis presentes em sua realidade. Sobretudo quando se tem acesso a documentos e dados ainda não analisados que os conectam a suas origens geracionais e históricas.

Desenvolver projetos e políticas públicas voltados à educação patrimonial é, sem dúvida, papel incontornável da esfera do poder público, que deve estar sensível e atento à necessidade de educar com solidez e pelas lentes da cultura a sua sociedade. A educação é assim a chave primordial no sentido da contínua busca pela valorização da história e cultura de um povo. A construção e compreensão da história de um povo, não surge a partir do nada, mas da confluência e relação entre educação, memória, identidade e os registros documentais históricos, ou seja, da escolha de suportes que serão preservados, analisados e interpretados, garantindo as gerações vindouras o acesso à memória social.

Nesse sentido, convém ao poder público o dever legal de fomentar ações que contribuam efetivamente para construção e valorização da memória, entendendo esta como parte vital do existir de um lugar e das pessoas. Também é dever dele o desenvolvimento de projetos e iniciativas que assegurem a conservação dos documentos históricos e o conseqüente apreço e estima da sociedade pela sua cultura. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 23, inciso III, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (BRASIL, 1988, Art. 23).

Em virtude dos acelerados processos de mudanças ocorridas no mundo ocidental após a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, o que também implicou em profundas mudanças tecnológicas, os centros de informações (cuja missão é zelar pela memória do patrimônio público e dar acesso à população às informações contidas em seus arquivos), tiveram de se adaptar a essa nova realidade.

Entre elas se incluem bibliotecas, museus, arquivos, com o objetivo de atender com maior eficiência e qualidade as necessidades de seus usuários. Neste percurso, é importante lembrar o papel dos arquivos, pois segundo Del Priore (2002), a existência dos arquivos é o fundamento do saber histórico, da memória da nação e da construção do Estado.

Assim, e na tentativa de garantir um maior controle e disseminação das informações, atualmente, os documentos presentes nesses locais passam pelo processo de digitalização e microfilmagem. Atitude essa que garantirá a preservação da essência e integridade física dos documentos originais, em virtude do menor manuseio destes, pois os documentos são muito mais que apenas fontes de informações, são a representação materializada da memória factual de um povo.

É importante ressaltar que o Estado precisa da participação e engajamento da população para garantir a proteção do patrimônio. A preservação da identidade e memória popular é uma das muitas prerrogativas a desempenhar pelo ente governamental, mas também é dever de toda a sociedade mobilizar-se nesta causa. Isto é, a participação da população questionando e exigindo a criação de políticas públicas específicas para a preservação da memória e identidade local, garantirá a conservação dos bens (materiais e imateriais) que constituem o patrimônio cultural do estado do Amapá

### **A NECESSIDADE DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA A PESQUISA HISTÓRICA**

Importante fonte de informações e construção do conhecimento e da pesquisa histórica, reconhecido como tal desde o século XVII, mas triunfado somente no século XX, os documentos, lato sensu, são o ponto de partida para a pesquisa histórica. Na medida em que o pesquisador começa a indagá-los e problematizá-los (PINSKY; LUCA, 2015; BLOCH, 2001), mesmo que seja reconhecido como “prova” de um fato, estes não devem ser considerados como verdade absoluta.

Devem ser metodologicamente analisados e criteriosamente questionados (exame de crítica interna e externa) para que se comprove a “veracidade dos fatos” a que se referem (com suas cargas de subjetividades vieses ideológicos, etc.). Nesse sentido, o historiador tem o papel fundamental na escolha do documento histórico e na utilização dos métodos de investigação científica que corroborem os fatos apresentados em seu conteúdo.

De acordo com o célebre historiador francês Jacques Le Goff (2003, p. 547), “[...] o documento não é inócuo, mas uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época e da sociedade que o produziram”. Logo, o documento histórico em sentido lato, está invariavelmente eivado e coberto de intencionalidades:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 545).

A construção da história de uma sociedade se dá através da memória e dos documentos históricos legados, pois é neles que ficam registrados os fatos marcantes e corriqueiros de uma determinada época. A história é feita não apenas de mudanças, mas de permanências e continuidades (PROST, 2015).

Contudo, convém assinalar que a noção de documento ao longo do tempo, sobretudo nos meados do século XX, foi ganhando um sentido muito mais abrangente, inclusive como monumento, distanciando-se cada vez mais daquela história eminentemente política de outrora feita com uma tipologia de fonte muito limitada em textos e documentos escritos (BARROS, 2012).

Em grande medida essa mudança se deu devido ao contínuo processo de renovação da historiografia ocidental, que, abrindo-se a novas abordagens (inclusive interdisciplinares), problemas, objetos e metodologias (BURKER, 1992),<sup>4</sup> produziu uma historiografia riquíssima e trazendo a lume fontes documentais não muito usuais como: obras literárias,

---

<sup>4</sup> A esse respeito sugerimos consultar à clássica coleção de ensaios organizada por Le Goff e Nora (1988).

dados estatísticos, imagens iconográficas, canções, filmes, testamentos, jornais, fontes orais etc. (BARROS, 2012; REIS, 2000). Ato contínuo, a leitura que Le Goff (2003) faz sobre a ideia de documento como monumento, é que ele carrega as marcas próprias e indelévels do seu tempo.

Através dos documentos (registros históricos) é possível identificar e entender, senão toda, mas parte da trajetória e dos processos humanos no tempo e no espaço, pois são fontes subsidiárias e complementares do *métier* do historiador. São fontes de conservação e “recuperação” (REIS, 2000, p. 123) da memória coletiva, na medida em que permite ao homem consultá-las e explorá-las das mais variadas formas, intensificando a pesquisa histórica ao disponibilizar ao pesquisador através das análises, a possibilidade de novas versões e interpretações dos fatos ocorridos no passado.

Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas (DEL PRIORE, 2000, p. 15).

Os documentos, enquanto fontes essenciais de renovação de conhecimentos para o ensino da história escolar, contribuem para desmistificar e provar que aprender história não se limita tão somente ao ato de memorizar e decorar artificialmente datas e fatos (didática “mnemônica factual”). O educando, quando estimulado enquanto potencial pesquisador, compreende que conhecer história não se limita apenas a entender o enredo e a narrativa dos fatos em si; é preciso construí-los, problematizando-os, relacionando-os com as experiências do cotidiano e de sua conseqüente realidade concreta (PINSKY, 2010).

Nesse sentido, o documento é importante na formação do homem crítico e na investigação científica, no momento em que o pesquisador encontra nestes, as respostas de que precisa para a análise de seu objeto de estudo. Pois como afirma Del Priore (2002, p. 7) no artigo “Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador”: “[...] a história não se define pelo seu objeto, nem pelos documentos que lhe permitem reencontrar o fato, mas pela pergunta, o problema que é colocado aos documentos”.

As informações contidas no documento, quando devidamente utilizadas, são fontes essenciais da pesquisa histórica, científica, social e política. Ou seja, é a base empírica da produção intelectual, uma vez que o documento precisa ser intelectualmente lapidado e dissecado, pois, sozinho, isolado e ensimesmado o mesmo se esvai de sentido, tonando-se às vezes anacrônico em seu próprio tempo e contexto. Para o/a historiador/a e o/a pesquisador/a o documento é fonte inesgotável de informação. Um mesmo documento pode ser interrogado sobre várias questões/perspectivas/ângulos, e por diferentes métodos.

Por isso, as pesquisas realizadas através da análise e questionamentos feitos às fontes primárias não se esgotam, sobretudo porque cada pesquisador tem uma forma particular ou subjetivamente pessoal de lidar com cada documento. Diferentes perguntas feitas aos mesmos documentos permitem conseqüentemente que se alcance diferentes respostas, ensejando até novas e pertinentes questões; e assim se avança, à maneira de uma engrenagem dialética o saber historiográfico.

Outro ponto fundamental que não pode deixar de ser mencionado é quanto à

necessidade da comunidade científica e da sociedade em geral entender que os documentos vão além de registros criados em virtude da burocracia administrativa do Estado ou das mãos dos homens de poder. Tais registros são também fontes do saber, são evidências da realidade cujas informações traduzem o olhar do sujeito histórico sobre a sociedade, por isso devem ser preservados na sua integridade. Os documentos são assim um enclave de histórias e sentidos.

Por meio da sua sistemática digitalização, o acesso às fontes primárias permitirá ao público não apenas conhecer a história, mas utilizá-las para contribuir na ampliação da produção de novas pesquisas e para a escrita da própria história. Uma sociedade bem informada, conhecedora de sua história, com sua propriedade intelectual desenvolvida, é capaz de garantir e valorizar sua cultura, além de contribuir para o desenvolvimento de seu Estado.

### O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

A digitalização é a reprodução por varredura eletrônica em disco ou outro suporte de alta densidade que permite a visualização do documento em terminal e, por sua vez, possibilita o acesso de mais de um usuário à fonte, além disso, mantém os originais em segurança. Digitalizar um documento não é simplesmente pegar, scannear e pronto! O documento deve ser submetido previamente ao minucioso e artesanal trabalho de higienização e catalogação e por fim, digitalização.

O equipamento deve ser específico, de acordo com cada documento trabalhado e o estado de conservação em que este se encontra. No mercado atual, existem disponíveis diversos tipos de equipamentos de captura digital para imagens que se aplicam aos diversos tipos de documentos arquivísticos. Dentre eles, destacam-se: os escâneres de mesa, escâneres planetários<sup>5</sup>, câmeras digitais, escâneres de produção e alimentação automática, etc.

Para que o processo de digitalização ocorra de forma eficaz, são necessários alguns passos, a saber: delimitar o universo documental a ser digitalizado; definir políticas de utilização de objetos digitais; definir formas de recuperação e armazenamento; estimativa de recursos necessários; técnicos qualificados: operadores, informáticos, arquivistas e bibliotecários; equipamento: hardware e software de captura, processamento, armazenamento e acesso; prever os custos com a manutenção, gestão de redes e custos de acesso.

É comum que muitos registros documentais textuais, pelo estado de abandono e deterioração em que encontram nos fundos dos arquivos de instituições e órgão do poder público local, estejam em iminente risco de se perderem por conta do descaso e da pouca atenção que lhe são dadas. Para fazer frente a isso, em certos casos costuma-se adotar como medida preventiva a digitalização dos mesmos na tentativa de preservar esses documentos para que fiquem ausentes do risco de extinção, preservando desse modo o formato físico e o digital.

A digitalização de documentos de valor histórico, permanente, hoje é um recurso comumente utilizado por facilitar a divulgação das informações contidas nestes. E por reduzir o risco de perda desse material em função da ação do tempo e da má conservação em locais inadequados e do frequente manuseio sobre os documentos, é necessário um planejamento

---

<sup>5</sup> Instrumento de aporte tecnológico capaz de digitalizar documentos de diferentes tipos e de forma ágil e sem muito manejo.

prévio de qualidade para definir as prioridades do acervo a ser digitalizado.

O CONARQ defende que a preservação da informação em formato digital não se limita ao domínio tecnológico, envolve também questões administrativas, legais, políticas, econômico-financeiras. Envolve, sobretudo, a descrição dessa informação por meio de estruturas de dados que viabilizem o gerenciamento da preservação digital e o acesso no futuro (HOLLÓS, 2010). Além disso, também afirma que preservar exige compromissos de longo prazo entre os vários segmentos da sociedade: poder público, indústria de tecnologia da informação, instituições de ensino e pesquisa, arquivos e bibliotecas nacionais e demais organizações públicas e privadas, pois embora a digitalização facilite o acesso às informações, estas apresentam certa instabilidade.

A digitalização dos acervos é complexa por exigir planejamento, haja vista que o custo de implantação desse projeto é elevado, bem como a atualização e manutenção de versões de software e hardware para garantir a preservação e acessibilidade desse material. É importante lembrar que o cuidado durante o processo de digitalização dos originais é fundamental, pois correm riscos de degradação ao ser expostos a excessiva luminosidade e ao manuseio incorreto. Por isso, os métodos necessários para se preservar os documentos variam de acordo com o suporte físico.

Daí a necessidade de políticas públicas voltadas para a manutenção desses documentos e do envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Provavelmente a digitalização seja uma das últimas garantias de se manter viva as informações arquivísticas de um Estado e a disponibilidade destas para as gerações futuras. Digitalizar os documentos históricos é preservar a memória histórica e social de um povo como um bem público de importância imensurável.

### **A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL DO AMAPAENSE: O MUSEU JOAQUIM CAETANO DA SILVA**

O estudo exploratório desta pesquisa foi realizado por meio de visitas periódicas ao Museu Joaquim Caetano da Silva (MHJCS). A intenção foi de conhecer e identificar se há possíveis métodos de migração dos documentos físicos para o meio digital. Para tanto, diálogos informais foram mantidos com alguns funcionários do mesmo. O Museu é um órgão estadual que foi criado para exercer um importante papel junto à sociedade na preservação do patrimônio material e imaterial do Amapá.

Transmissor do conhecimento, da informação e responsável por divulgar os acontecimentos históricos do Estado, o MHJCS é um dos guardiões da memória cultural do Amapá. Como bem afirmou Santos (1999), o museu deve ser um espaço integral ou integrado, com ênfase no homem, na sua relação com o meio, na abordagem da totalidade dos problemas da sociedade, tendo como elementos básicos um território, um patrimônio global e uma população.

O MHJCS tem sua origem ligada ao extinto Território Federal do Amapá (TFA)<sup>6</sup>, durante o governo de Janary Gentil Nunes. Criado em 1949, com o nome de Museu Territorial, de quem herdou o acervo eclético constituído de amostras de peças minerais, botânicas, exemplares da fauna regional taxidermizados, indumentária, armamentos de personalidades políticas do estado e etc. Em 04 de maio de 1988, o governador Jorge Nova da Costa extinguiu o MHJCS.

Entretanto, através do Decreto nº 112 de 16 de novembro de 1990, o governador Gilton Pinto Garcia, reativou o MHJCS, cujo nome foi dado em homenagem ao médico e diplomata gaúcho Joaquim Caetano da Silva, autor da obra célebre obra *L'Oyapoc et L'Amazone* (SILVA, 2017).

O prédio que sediava a antiga Intendência de Macapá<sup>7</sup> (terceiro prédio mais antigo da cidade ainda de pé), em restauração na época, foi escolhido para ser a sede do museu. Segundo o decreto de criação, o MHJCS tinha como objetivo colecionar, estudar e divulgar tudo o que interessa ao conhecimento do homem e da terra amapaense (DIÁRIO OFICIAL, 1990). Em virtude da restauração de seu atual prédio e depois de ordens administrativas, o museu, durante os anos de 1990 do século passado, funcionou até o ano de 1993 no Teatro das Bacabeiras no centro da cidade de Macapá.

Entretanto, em meados de 1998 foi transferido para um recinto no interior da Fortaleza de São José de Macapá, onde provavelmente encontra-se parte de seu acervo. Enquanto a instituição funcionava provisoriamente nas dependências da Fortaleza de São José de Macapá, o prédio do Museu entrou num moroso processo de restauração. Desde a sua criação, o museu recebeu diversas denominações.

Atualmente, é denominado museu histórico. Embora ainda não possua um acervo contabilizado, lá encontram-se documentos manuscritos, datilografados e fotografias. Também há uma diversidade de material arqueológico, adquiridos através de doações de populares, órgãos públicos e do extinto Museu Territorial. A seguir reproduzimos uma foto do dito museu registrada em 2014, ano em que a instituição fora infelizmente fechada em razão da precarização de sua estrutura física.

---

6 O Território Federal do Amapá (TFA) foi criado pelo Decreto-Lei n. 5.812 durante o governo do presidente Getúlio Vargas. A região foi desmembrada do estado do Pará, e equivalente ao atual estado do Amapá. O primeiro governador do Território amapaense foi Janary Gentil Nunes, oficialmente investido no cargo em 25 de janeiro de 1944 permanecendo até 01 de fevereiro de 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando deixou o posto de chefe do executivo do Território. Ver: LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2019.

7 De acordo com Santana o "Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva funciona, atualmente, no prédio da antiga Intendência de Macapá, situado à Av. Mario Cruz, n. 376, bairro central, designado como sua sede própria em novembro de 1990. Este prédio é um dos mais antigos de Macapá, tendo sido construído após a Proclamação da República, por volta de 1895, para abrigar a Intendência Municipal de Macapá [...] O prédio da Antiga Intendência é o único em estilo neoclássico que ainda sobrevive em Macapá e que poderia ser considerado como Patrimônio Histórico do Estado, porém ainda não foi providenciado seu tombamento" (SANTANA, 2019, p. 32).



Figura 1 Frontispício do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva  
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Em 2009, o MHJCS foi reaberto como um espaço cultural multiuso para as atividades de difusão e educação, como a organização de uma biblioteca com atendimento ao público, além de setor administrativo plenamente equipado e mobiliado. No nível do porão, encontram-se a reserva técnica e o laboratório de restauração. O museu é um espaço representativo da arquitetura e da história cultural e política do Amapá. Neste espaço, pode-se observar o testemunho vivo do crescimento, da luta e da constituição da identidade e da memória coletiva, que abrange o vasto patrimônio ambiental do povo amapaense.

Por vários anos, o MHJCS participou das programações culturais que integram a programação oficial da Semana Nacional dos Museus. Durante os eventos, o MHJCS desenvolveu no interior de seu espaço físico diversas atividades e ações direcionadas ao público local e aos turistas. Dentre tais ações, destacam-se: exposições, seminários, oficinas, exhibições de música, teatro, dança e cinema, além de outras atrações.

Até o ano de 2008, o museu tinha como uma de suas atribuições principais o resgate de sítios arqueológicos. Entretanto com a criação da gerência de pesquisa em arqueologia no Amapá, esta atribuição passou a ser exclusivamente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). O MHJCS está localizado no centro da cidade de Macapá-AP, nas proximidades do rio Amazonas. Desde dezembro de 2014, ele está fechado para a visitação do público. A Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), órgão responsável pela gestão do museu, informou que a estrutura do prédio começou a ficar seriamente deteriorada e precisou de reforma.

Os reparos estruturais iniciaram em março de 2015, com previsão para ser reaberto em julho de 2015. Entretanto, até o presente momento (julho de 2020), as obras ainda não foram integralmente concluídas e a sua abertura continua sendo protelada. Historicamente, o MHJCS é o terceiro prédio mais relevante do Amapá. Fica atrás somente da antiga Igreja São José e do Museu Fortaleza de São José de Macapá. Seu valor cultural é inestimável.

Por fim, todo esse deliberado descaso levado a cabo pelo poder público para com o conjunto do patrimônio cultural local e nacional vistos nos últimos tempos, é sintoma de um problema muito maior, qual seja: o incendiário projeto político-ideológico em voga, cujo mote é o total desprezo pelas instituições de salvaguarda e proteção dos bens culturais do país e para o qual as últimas consequências é levar as cinzas os referenciais de nossa memória e história.

## **A CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS E DA MEMÓRIA DA POPULAÇÃO**

As dificuldades em se escrever a história do Amapá reside, em grande medida, no acesso ágil e facilitado às fontes. A ausência de um arquivo público potencializa esses obstáculos. O estado possui uma diversidade de fontes, contudo, elas não estão disponíveis ou organizadas.

Como dito anteriormente, o acervo do MHJCS não está contabilizado. No momento, o público não tem acesso aos documentos escritos, exceto os expostos no salão ou os presentes na biblioteca. Como os equipamentos não estão funcionando, para assegurar o cuidado com os documentos primários, o público não pode manuseá-los por ser necessário todo um cuidado, uma prática que estes não possuem.

Atualmente, os documentos presentes no MHJCS encontram-se reservados em uma sala, onde há o cuidado com a umidade e a temperatura. Essas atitudes foram tomadas pelo poder público devido as mudanças sofridas durante os anos de 1990. Nesse período, muitos documentos foram perdidos, sobretudo os que foram para as dependências da Fortaleza de São José de Macapá, em virtude da umidade presente no monumento.

Segundo entrevista realizada em 2012 com a técnica responsável pela conservação dos documentos do MHJCS, desde 2009, o museu é alvo do “Projeto Salvar”. Financiada pela Petrobrás, o projeto objetiva digitalizar os acervos de documentos históricos do estado do Amapá presentes no museu. Contudo, na prática, não há ainda uma política específica para digitalizar esses acervos. Tecnicamente, os funcionários do museu sabem dos cuidados que se tem para a conservação destes, mas faltam recursos para isso.

O projeto de digitalizar os documentos históricos presentes no acervo do museu ainda não foi concluído e atualmente está parado. Segundo o que se apurou, não há técnicos, equipamentos específicos e suficientes para a realização desse trabalho, bem como se desconhece dotação de orçamento e verbas destinadas para tal fim. Desde a década de 1990 do século passado, se discute no estado a questão da criação do arquivo público e da manutenção deste. Mas até agora, nada foi feito de fato para a implantação de uma política específica destinada à conservação da memória documental e cultural do Amapá.

Trabalhar a memória cultural do estado, com vistas à identificação da sociedade para com sua cultura não exige apenas promover shows culturais, amostras, exposições, dentre outros. Exige o desenvolvimento de projetos que aproximem a sociedade de suas origens, que permita a esta se reconhecer e entender o processo de desenvolvimento de seu meio, lugar e sociedade.

Digitalizar esses documentos é uma das formas de aproximar e engajar a população, facilitando o acesso da mesma ao seu passado por meio eletrônico, uma vez que diante

da possibilidade do fácil acesso, crianças e adultos terão a oportunidade de conhecer e se identificar com sua história.

De acordo com a Constituição do Estado do Amapá, Seção III – Da competência do Estado – artigo 12 (AMAPÁ, 1991), compete ao Estado legislar sobre: proteção do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico. Portanto, conservar esses documentos e disponibilizá-los à sociedade é um dever do Estado, mas que infelizmente, até o presente momento ainda não fez nada de concreto em relação a isso.

É importante também que diga, que o museu ainda não dispõe de técnicos específicos para lidar com o trabalho profissional de digitalização. Verificou-se a falta de vários profissionais especializados no espaço do MHJCS. Dentre eles, citam-se: bibliotecários, arqueólogos, museólogos, especialistas em informática e especialistas em digitalização dos documentos históricos.

Embora os custos na digitalização sejam elevados a princípio, se comparados aos custos gastos na preservação de acervos de suportes tradicionais, a digitalização é muito mais viável, com um custo bem menor. Além disso, poupa os originais do manuseio constante. De acordo com a conservação deste, um documento digitalizado pode durar anos, em média, chega a durar 100 vezes mais que mídias físicas.

*A preservação da totalidade da massa documental produzida por algumas organizações, física ou digitalmente, seria um grande peso no orçamento. Por outro lado, sua total eliminação seria um golpe na história. O arquivo criado por uma organização não conta apenas sua história, mas, aliado a um conjunto testemunhal composto por informações externas, arquivísticas ou não, constitui memória, cuja extensão pode se revelar surpreendente (BELLOTO, 2004, p. 271).*

É importante lembrar que embora as ameaças aos documentos em suportes tradicionais sejam inúmeras, qualquer tipo de documento independente de seu suporte físico está sujeito às ameaças. Por isso a necessidade do Estado auxiliar no suporte desses documentos, bem como buscar auxílio externo para a migração digital, já que não possui recursos nem meios próprios para digitalizá-los.

É pertinente ressaltar que, em 2003, o governo federal, através do Ministério da Cultura (MinC) desenvolveu um plano de implementação de políticas públicas para museus, dando sinais do reconhecimento da importância dos museus na vida cultural e social brasileira.

Embora estas políticas de incentivos e reconhecimento aos museus nacionais seja uma realidade nacional, alguns estados não estão priorizando e/ou desenvolvendo políticas públicas para a preservação da cultura/história de seu povo. O Amapá está incluso nesse grupo. Portanto, avalia-se que a efetivação de projetos de incentivo aos museus do Amapá exige o resgate da relação estado/sociedade. Acreditamos que os museus amapaenses são espaços legitimadores de ideias, além de espaço educativo rico em proporcionar reflexão e discussão sobre a história e cultura brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de uma política voltada especificamente para a preservação dos acervos de documentos históricos do Amapá é um dos fatores responsáveis pelo relativo atraso no desenvolvimento científico e cultural do estado.

Essa ausência põe em risco a própria história local, pois muitos documentos já foram perdidos em função do descaso: em alguns momentos pelos próprios órgãos, repartições e secretarias públicas dos diferentes poderes do estado, em razão do destino incorreto dado aos acervos.

Digitalizar esses documentos é a garantia da preservação da memória cultural do Estado e do acesso destes às gerações futuras, sendo de fundamental importância ações públicas voltadas à preservação desse patrimônio.

Nos estudos e pesquisas históricas, trabalhar com fontes documentais é motivador, pois permite ao educando a possibilidade de explorar novas descobertas e interpretações sobre o objeto de estudo. E uma vez digitalizados esses documentos, todos terão acesso direto as fontes. Isso possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas e o enriquecimento da historiografia amazônica, uma vez que a dificuldade do acesso às fontes históricas tem dificultado esse processo.

Se as ações públicas se preocuparem com a construção do conhecimento e da conscientização histórica da população - por meio de medidas voltadas para a necessidade de projetos para a educação patrimonial e para o processo de digitalização dos documentos históricos do Estado - a sociedade de modo geral terá oportunidade de se reconhecer e valorizar sua herança cultural.

A digitalização dos documentos históricos do estado do Amapá só tem a enriquecer no desenvolvimento do Estado. Esse processo disponibilizará informações para um número maior de pessoas, o que aumenta a possibilidade de novas pesquisas e projetos para a região.

Portanto, a digitalização não deve se restringir apenas ao acervo do museu, o ideal é iniciar por ele e se externar aos demais documentos presentes na Fortaleza de São José de Macapá, na Biblioteca Pública Professora Elcy Lacerda e no Museu Sacaca. Afinal, a digitalização da memória cultural do Amapá possibilitará não somente que a população tenha acesso à sua história, mas que o mundo e o resto do Brasil conheçam e aprendam um pouco mais com essa região tão rica, mas ainda pouco conhecida e valorizada pelo próprio país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAPÁ. Museu Joaquim Caetano da Silva. Histórico. Disponível em: <<http://www.amapaturismo.com.br/portal/index2.php?pg=noticia&id=504>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- AMAPÁ. Portal G1. Informações dos livros de registros de óbitos do AP serão digitalizados. 03/07/2016 - 08h13. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/07/informacoes-dos-livros-de-registros-de-obitos-do-ap-serao-digitalizados.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Diário oficial, nº 0463, p. 4, 1990. Macapá, 1990.
- BARROS, José D'assunção. Teoria da história volume V: a escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 4.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em <[http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988\\_30.06.2004/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_30.06.2004/CON1988.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BRASIL. Constituição do Estado do Amapá. Macapá, 1991. Disponível em: <<http://www.al.ap.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BURKE, Peter. A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CARDOSO, Francinete do Socorro Santos Cardoso. Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 2008.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra S/A, 2002.
- DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. Territórios e Fronteiras: Revista de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, v. 3, n. 1 jan – jun 2002. Disponível em: <<http://www.upf.br/ahr>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. Museologia Social. Porto Alegre. Secretaria municipal de cultura, 2000.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1945). A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 2004.
- HALL. Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLLÓS, Adriana Cox; et al (org). Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, abril, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. O que é Educação Patrimonial. 2003. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/biacavalcanti/files/616/4128/Educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimoia>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Trad. De Bernardo Leitão Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3. [original: 1974].

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330590>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi; Jaime PINSKY. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PROST, Antoine. Dozes lições sobre a história. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

REIS, José Carlos. Escola do Annales: a inovação em História. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTANA, Marcelo Moreira. Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva: história e Memórias. 2019. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), DFCH – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a nova museologia. Salvador - BA: [s.n.], 1999.

SILVA, Joaquim Caetano da. O Oiapoque e o Amazonas: questão brasileira e francesa. Tradução de Ana Paula Leitão e Marlene da Silva Furtado de Mendonça – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKER, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 39-62.

SOBOUL, Albert. A revolução Francesa. Edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa, 1789-1989. Rio de Janeiro: Bertrabd Brasil, 1989.